

[» Cimi](#)
[» Regionais](#)
[» Terras Indígenas](#)
[» Assessoria Jurídica](#)
[» Assessoria Teológica](#)
[» Política Indigenista](#)
[» Povos Indígenas](#)
[» Jornal Porantim](#)
[» Mundo que nos Rodeia](#)
[» Notícias » No Brasil](#)

Conferência Episcopal Austríaca: é preciso usar “todos os meios diplomáticos e políticos disponíveis” para defender direitos indígenas

Inserido por: Administrador em 17/11/2016.

Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação do Cimi



foto: Tiago Miotto/Cimi

Boletim

Boletim o Mundo que nos Rodeia

remover e-mail



**CENTRO DE
FORMAÇÃO
VICENTE CAÑAS**



Recomendamos

Paulo Suess



A Conferência Episcopal Austríaca, instituição que congrega os bispos da Áustria, manifestou-se na semana passada em defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil, denunciando a “violência desrespeitosa” que ainda acomete as populações indígenas na atualidade. A manifestação da entidade cita a situação do povo Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, afirmando que “os seus territórios que estão sendo cada vez mais fortemente ameaçados pelo fenômeno *‘landgrabbing’*”, termo em inglês para grilagem.

“Pedimos encarecidamente que o Governo Austríaco e as instituições europeias usem todos meios diplomáticos e políticos disponíveis para proteger os povos indígenas e defender os seus direitos, recorrendo-se para isso a mecanismos internacionais dos Direitos Humanos convencionados pela ONU [Organização das Nações Unidas]”, afirma a nota à imprensa divulgada pelos bispos da Áustria, que reivindicam também a criação de regulamentações nacionais e internacionais para impedir e punir a violação de Direitos Humanos causadas por empresas transnacionais.

Em setembro, por ocasião da apresentação do relatório da assessora especial para direitos dos povos indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, representantes de povos indígenas realizaram uma série de agendas na Europa, buscando trazer visibilidade e denunciar as violações de seus direitos no Brasil, fato também citado na nota da Conferência Episcopal Austríaca.

Leia, abaixo, a nota na íntegra:



Para os Direitos dos Povos Indígenas do Brasil

A violência desrespeitosa contra os povos indígenas ainda é uma realidade chocante. As comunidades Guarani-Kaiowa que habitam o Estado Brasileiro do Mato Grosso do Sul sofrem, desde o século XIX, todo tipo de violência e de expulsão. Há mais de 40 anos as comunidades deste povo lutam para ganhar de volta os seus territórios que estão sendo cada vez mais fortemente ameaçados pelo fenômeno "landgrabbing" (apropriação de terras). Os processos de regularização de terras indígenas estão paralisados de fato desde 2011. Esta situação não é um caso isolado, declara o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da CNBB, cujo ex-presidente, o austro-brasileiro Dom Erwin Kräutler, vem cooperando desde há muito tempo com instituições da Igreja Austríaca.

Nestes últimos meses, representantes dos povos indígenas do Brasil tem procurado chamar pessoalmente a atenção das autoridades políticas da Áustria e da Europa sobre a situação deles. A Conferência Episcopal Austríaca se solidariza com as exigências fundamentais destes povos e apoia seu engajamento por justiça. Por isso os bispos austríacos apelam às autoridades políticas austríacas que tomem providências junto ao Governo Brasileiro quanto à retomada das demarcações das terras indígenas para evitar novas ondas de violência, sofrimento e tentativas de expulsão destes povos.

Pedimos encarecidamente que o Governo Austríaco e as instituições europeias usem todos meios diplomáticos e políticos disponíveis para proteger os povos indígenas e defender os seus direitos, recorrendo-se para isso a mecanismos internacionais dos Direitos Humanos convencionados pela ONU. Além disso, o Parlamento Europeu deverá engajar-se ativamente na defesa dos direitos dos povos indígenas. Mais que até o presente momento a proteção dos Direitos Humanos deverá ser ancorada nos Acordos Comerciais e de Investimentos. Há uma necessidade premente de estabelecer regulamentações nacionais e internacionais que impeçam e punam a violação dos Direitos Humanos causadas por empresas transnacionais e de garantir o acesso a indenizações para vítimas por danos causados.

Nota original aqui

» No Brasil

CNPI repudia 3ª reestruturação da Funai, em sete anos, tramada pelo Ministério da Justiça

CNPI exige a paralisação imediata do processo por desrespeitar a Convenção 169 da OIT. As mudanças passariam a valer por força de um decreto a ser baixado ainda em 2016

Reforma da educação por MP é ato "inadequado e abusivo", diz CNBB

"O foco das escolas não pode estar apenas em um saber tecnológico e instrumental"

Funai gastou apenas R\$ 25 por indígena em 2016

O orçamento da Funai é um dos mais atrofiados e irrisórios do governo federal

Organizações brasileiras defendem florestas fora do mercado de carbono conforme previsto no Acordo de Paris

Pressão que vem sendo feita por setores do mercado para que o Estado brasileiro reveja sua posição

Monocultura não é floresta! Apoie a carta chamando a FAO a rever a sua definição de floresta

É urgente que a FAO mude sua definição de floresta

Total de Resultados: 540

Página atual: 1 de 108

1 2 3 4 5 6 Próximo Final

• Quem Somos • Contato

Pesquisar...

ok

Endereço: SDS, Ed. Venâncio III Salas 309/314 - Brasília-DF Cep: 70393-902 - Brasil - Tel: (61) 2106-1650 - Fax: (61) 2106-1651



desenvolvimento: WV